

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	América Latina
Autor/Instituição	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu
Número de Documentos	25
Quantidade e tipo de documentação	Jornais, revistas, dossiê
Dia/ Mês/Ano	24 de abril de 1993 até 31 de março de 1996
Formato	A4 e A3
Resumo	A documentação trata de questões políticas da América Latina e de países exteriores, como desestabilização do Equador, Plano Brasileiro de Direitos Humanos, governo do Zaire, entre outros assuntos. A documentação encontra-se em bom estado de conservação, com as páginas datadas indicando o periódico de publicação.
Palavras-Chave	América Latina; Relações internacionais; Política.
Notas explicativas	Os informativos entre um fragmento e outro dos periódicos são de organização da Cúria.

QUESTÕES POLÍTICAS DA

AMÉRICA LATINA



Índice

- Atoridas combateram Plano Brasil? de D. Humana
- Cartas de Crédito aos Pobres
- DESESTABILIZAÇÃO DO EQUADOR
- VISITA AO PRESIDENTE DO PERU (ALBERTO FUJIMORI)

- O Desencanto do Grande Lábrio da Antena da
dissonância
- O Presidente em um Labirinto (Colômbia)

- Riqueza vira miséria no coração das trevas



Ativistas

- bombardeiam

Plano Brasileiro

de

- Direitos Humanos



COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

Rua Capitão Chaves, 60 - CEP 26.220 Nova Iguaçu - Tels. 767-7677 - 767-2987

D. 19702 H. 19702



blanca 19702 H. 19702

por 19702 H. 19702

19702 H. 19702

Quatro
Políticas de
P. Latina

Jobim é criticado por decreto sobre terras indígenas

Ativistas bombardeiam plano brasileiro de direitos humanos

Deborah Berlinck

Correspondente

• GENEBRA e BRASÍLIA. O ministro da Justiça, Nelson Jobim, entregou ontem à Comissão de Direitos Humanos da ONU, na Suíça, a primeira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos. O documento propõe desde mudanças na legislação brasileira sobre o uso de armas e cursos de direitos humanos para os policiais até incentivos à adoção de crianças abandonadas. Diante de um plenário com representantes de mais de 50 países, Jobim explicou a proposta de parceria do Governo com a sociedade para combater violações dos direitos, mas não convenceu os presentes. Hoje o ministro receberá documento de protesto de dezenas de ONGs. Os ativistas não aceitam a mudança no decreto sobre terras indígenas, permitindo que fazendeiros e empresas contestem a demarcação de reservas.

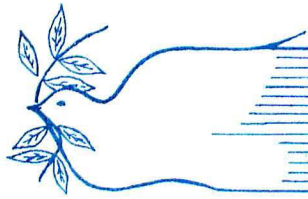
— O Brasil está dando um enorme passo para trás. A Constituição diz que o índio não possui a terra: é parte dela. O Governo não só volta atrás num direito nacional, como viola acordos internacionais — protestou a geógrafa Pierrette Birraux-Ziegler, da Docip, um centro de pesquisa sobre povos indígenas.

Jobim assegurou que a modificação não visa a frear, mas a garantir o processo de demarcação. Segundo ele, todas as demarcações a partir de 1988 (29 milhões de hectares) corriam o risco de ser anuladas pelo Supremo Tribunal Federal porque não foi dado o direito de defesa aos que tinham títulos de propriedade.

Em Brasília, dentro e fora do Congresso, cerca de 300 índios, muitos deles com pinturas de guerra no corpo, começaram ontem uma mobilização de quatro dias contra o Decreto 1.775, que criou a possibilidade de serem revistas as terras já demarcadas pela Funai. Os índios se reuniram no Auditório Nereu Ramos, na Câmara, e depois subiram a rampa do Congresso para ouvir a leitura de um manifesto contra o decreto. Até sexta-feira a Funai já tinha recebido 142 pedidos de revisão de demarcações, 136 deles referentes a apenas uma área indígena: a dos índios xucuru de ororobá, no município de Pesqueira (PE). ■

Cartão de
Crédito p/
os Pobres

CEDIM



COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

Rua Capitão Chaves, 60 - CEP 26.220 Nova Iguaçu - Tels. 767-7677 - 767-2987



México lança um cartão de crédito para os mais pobres

Objetivo é possibilitar a compra de alimentos subsidiados

José Meirelles Passos

Correspondente

• WASHINGTON. Milhares de pessoas em Campeche, um dos estados mais pobres do México, receberam um cartão de plástico, eletrônico, que lhes dá o direito de comprar alimentos a preços subsidiados. Batizado como "cartão de crédito de pobre", o novo sistema faz parte de um programa piloto do Governo mexicano, para aliviar a vida de mais da metade da população: 50 milhões dos 90 milhões de mexicanos vivem hoje abaixo da linha de miséria. Metade deles está dentro da faixa de pobreza extrema.

— Se o cartão funcionar em

Campeche, vamos distribuí-lo em todo o país — disse Albino Motezuma, porta-voz do Ministério de Desenvolvimento Social.

Hoje, qualquer pessoa — rica ou pobre — já se beneficia de um subsídio governamental sobre o leite e a tortilha. A idéia, agora, é conceder esse privilégio só aos mais pobres e estender a lista de alimentos básicos a preços módicos. Um fator ainda não foi completamente resolvido, enquanto o teste se inicia em Campeche: o Governo ainda não sabe exatamente quem terá direito a receber o cartão que, como os de crédito, tem no seu verso uma faixa marrom, eletrônica, contendo dados sobre o seu portador.

O problema é que, de início, teriam direito a ele somente as pessoas que estão regularmente empregadas. A maior parte delas ganha menos de um salário-mínimo — hoje equivalente a US\$ 2,68 por dia — e, portanto, necessita dessa ajuda. Por esse critério, porém, a maioria dos mais necessitados ficaria sem o benefício, já que têm seus empregos na economia informal.

Parlamentares da oposição criticaram essa nova iniciativa, dizendo que o Governo estaria mais preocupado em cativar eleitores do que em matar a fome. Programas do tipo foram implantados antes em áreas onde havia mais eleitores, e não pobres. ■

• Desestabili.

~~1996~~

• Zação do

Equador

Am. Latina
Equador

JORNAL DO BRASIL

Data: 16 / 10 / 95

Caderno 1º Pág. 8

Fora de Controle

Redemocratizado em 1979, o Equador não cessou até agora de sofrer tentativas de desestabilização. Em 1987, o presidente León Febres Cordero chegou a ser seqüestrado por oficiais do Exército. Depois de várias tentativas de golpes militares, o presidente Rodrigo Borja, eleito em 88, quase submergiu junto com a crise econômica, agravada com a queda do preço do petróleo.

Já o conservador Sixto Durán Ballén, atual presidente, perdeu apoio do Congresso quando abriu o país ao capital estrangeiro e às privatizações, e tentou rever a lei agrária. Em consequência, houve várias tentativas de *impeachment*.

Chega-se, agora, ao último episódio da longa história de sobressaltos políticos num país de 11 milhões de habitantes, dos quais 2,5 milhões são índios analfabetos que vivem na *sierra* geralmente árida, sobrevivendo fora da economia. O vice-presidente Alberto Dahik renunciou e pediu asilo político à Costa Rica, depois que a Corte Supre-

ma decretou sua prisão preventiva. É acusado de desviar quase meio milhão de dólares de contas secretas para sua conta particular.

Entre a denúncia inicial e a fuga, circulou a informação, passada por ele mesmo, de que deputados e juízes o chantagearam, pedindo dinheiro para apoiar leis do interesse do governo. Em suma, a instabilidade política se alia à corrupção para estremecer as bases da legalidade. Mais do que isto, segundo o reitor da Universidade Andina, Enrique Ayala Mora, o problema do Equador "não está nas pessoas, mas no sistema de governo que permite tais níveis de corrupção".

Conta secreta acaba sempre assim. Tudo o que está fora de controle acaba em felonía. Dos cinco implicados no processo, quatro estão foragidos. São os que preferem fugir a enfrentar a Justiça. Primeira (e última) consequência: o sistema político se deteriora e todos perdem, governo, oposição, partidos políticos, denunciadores e denunciados.

0

Desenvolvimento

da

América Latina

e a cultura da

deseesperança



COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

Rua Capitão Chaves, 60 - CEP 26.220 Nova Iguaçu - Tels. 767-7677 - 767-2987



NUMA SÓ ASSINATURA, A MELHOR ANÁLISE DA CONJUNTURA

Participe agora,
da promoção especial de assinaturas AGEN/CEPE

Por apenas Cr\$ 1.000.000
em dois pagamentos (1+1), você receberá em sua casa
assinaturas destas publicações:

- 1 - Revista VÉSPERA, assinatura semestral.
- 2 - Revista REVÉS DO AVESSO, dez edições por ano.
- 3 - Subsídio quinzenal TEORIA & PRÁTICA

O texto e o contexto
das informações
para alimentar a caminhada
dos movimentos sociais e populares
do Brasil e da América Latina

Preencha este cupom, enviando-o, acompanhado por cheque nominal ou vale postal à AGEN, Av. Ipiranga 1267 - 8º Andar, Cep 01039-000, fone: (011) 229-6734; ou ao CEPE, Praça da Sé, 158 - 7º Andar, Sala 701, Cep 01001-000, fone: (011) 369571

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____ - _____

Cidade _____ UF _____

Fone e/ou Fax _____

Cheque nº _____ Banco _____

Vale Postal nº _____

Data ____/____/____

Assinatura _____

Importante: escrever os dados em letra de forma ou datilografados; de preferência pagar com cheque nominal em nome da AGEN - Agência Ecumênica de Notícias -, ou Vale Postal pagável à Agência Central dos Correios, São Paulo, SP, também em nome de AGEN.

dossiê véspera

Nº 5 - 3ª Semana de Abril - Cr\$ 30.000

NOVA ORDEM MUNDIAL E O TERCEIRO MUNDO

O Desenvolvimento da América Latina e a Cultura da Desesperança

Franz J. Hinkelammert

O desenvolvimento econômico da América Latina depois da Segunda Guerra Mundial teve uma estreita correlação com o desenvolvimento da cultura latino-americana. As décadas dos anos 40 até os anos 60 e o começo dos anos 70, apresentam uma cultura da esperança que, de alguma maneira, é compartilhada pelas grandes correntes da cultura da América Latina. Essa cultura influi na política da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), nos partidos populistas, social-democratas e democrata-cristãos, assim como nas correntes socialistas do continente.

Contudo, a partir da década de 70 e com ênfase maior a partir da década de 80, faz-se notar uma cultura da desesperança que hoje domina a opinião pública no continente e também afeta as correntes ideológicas que se estendem a muitos setores populares. O desenvolvimento econômico dessas décadas responde, com muita clareza, a tendências parecidas.

As etapas do desenvolvimento econômico - Há um corte claro

no desenvolvimento, depois da Segunda Guerra Mundial. Este corte é marcado pela passagem da economia do desenvolvimento (substituição de importações, desenvolvimentismo) rumo à economia de exportação (a partir de 1982, a economia do pagamento da dívida). Este corte marca o fim de uma determinada política de integração econômica (ALALC, Pacto Andino, Mercado Comum Centro-Americano). No decorrer dos anos 80, aparece um tipo diferente de integração (Proposta sobre a Bacia do Caribe, Zonas de Livre Comércio e Mercado Comum).

a. O desenvolvimentismo dos anos 50 aos anos 70 - Inspira-se no Estado do bem-estar, como está surgindo na Europa Ocidental (sobretudo na Bélgica, Suécia e Alemanha). Vê o desenvolvimento como desenvolvimento industrial, do qual se espera que leve consigo uma força de trabalho sempre maior, au-

mentando com o crescimento econômico dos salários (baixas rendas). Há uma política de distribuição de renda e novas leis sociais (educação, saúde, seguro para a terceira idade, programas de moradia popular). Tenta transferir para a América Latina todo o capitalismo de reformas, como estava surgindo na Europa Ocidental, implementando esta política através de uma industrialização pela substituição de importações, fortemente impulsionadas por organismos públicos de planejamento e por investimentos públicos (energia, aço, cimento e petróleo).

O Dossiê Véspera é co-patrocinado pela AGEN, Movimento Nacional de Direitos Humanos e Centro Internacional dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Democrático do Canadá.

Redação: Avenida Ipiranga, 1267, 8º andar - CEP 01039-000 São Paulo SP Brasil. Telefone: 011.229-6734. Fax: 011.229-6806 / 228-7533.

Editor: Dermi Azevedo, Registro Profissional nº 239-01-121/MS SJPEPSP 9997.

Editor de Língua Inglesa: Brian Troy

Repórter: Juan Pezzutto

Editoração Eletrônica: Carlos Alexandre.

Digitação: Mara Ipiranga

Central de Atendimento aos Assinantes: Carlos Niebel.

Impressão: Gráfica do Diretório Regional do PT/SP.

Um esforço desse tipo fazia notar a dependência dos países do centro. O desenvolvimento era entendido como independência (integração condicionada e ativa no mercado mundial). A teoria da dependência acompanhava esses esforços. Essa teoria surge já nos anos 50 na CEPAL, mas seu nome provém dos anos 60, quando o sentido da dependência generaliza-se na América Latina (organismos internacionais, governos, organizações populares e academias). Fala-se de dependência porque se busca a independência.

Estes esforços enfraquecem com a crise da industrialização por meio da substituição de importações. Algumas de suas causas são as seguintes:

1. Nos anos 60, a indústria continua crescendo com altas taxas, mas o crescimento é pela produtividade. Perde dinâmica enquanto força de trabalho. Há uma tendência à baixa dos salários.

2. A produção agrícola ainda absorvia toda a maior parte da força de trabalho. Ao ser tecnificada, esta força de trabalho é expulsa, mas, ao migrar para a cidade, não é absorvida pela indústria, como trabalho adicional. Multiplicam-se os bairros marginais.

3. As novas substituições são de alta tecnologia e, portanto, ocorrem por investimentos diretos do capital estrangeiro. Não se gera um capitalismo nacional (independente). O capital estrangeiro faz transferências de tecnologias, mas não favorece um desenvolvimento tecnológico no país atingido.

4. O capital estrangeiro só participa marginalmente no esforço exportador e se orienta preferencialmente para o mercado interno. Quanto mais domina a indústria, deixa de

gerar divisas. As exportações de tipo tradicional não podem seguir a dinâmica tradicional e se produz uma falta de divisas. O resultado é a dívida externa, explicada pelas transferências de lucros, sobretudo do capital estrangeiro.

A transição é a derrota da Unidade Popular no Chile - A economia de exportação substitui a economia do desenvolvimento. O primeiro caso é o do Chile, depois do golpe militar, sobretudo entre 1976 e 1980. Neste novo tipo de economia, o esquema anterior de integração econômica perde seu sentido. Em 1976, o Chile abandona o Pacto Andino, que perde todo o seu vigor. Paralelamente, desintegra-se o Mercado Comum Centro-Americano.

"A política neoliberal considera-se não responsável pela sorte dos expulsos e marginalizados"

Deixa-se de falar de desenvolvimento. Na linguagem dos Reaganomics, essa palavra não existe. É substituída pela linguagem do mercado e de sua abertura. Na América Latina, fala-se de neoliberalismo, mesmo que, na realidade, não se trate de algo estritamente idêntico. A partir de 1982, com a crise da dívida externa, generaliza-se a economia de exportação. É agora estendida a toda a América Latina. Torna-se uma economia do pagamento da dívida externa. Contudo, o caso do Chile comprova que a dívida externa não é o motivo da mudança, mas a alavanca que permite impô-lo homogeneamente ao continente e, inclusive, ao Terceiro Mundo em geral. O mesmo processo acontece hoje na Europa Oriental.

Não se fala mais de dependência, supostamente porque a teoria da dependência resultou ter sido equivocada. Contudo, havia agora uma submissão total, uma dependência total e já se não se permitia falar em dependência. De fato, a teoria da dependência nos anos 60 indicava que ainda havia espaços para a dependência. Deixa-se de falar em independência, quando esta é completa (ver o caso de John Biehl, na Costa Rica, em 1988).

A economia neoliberal de exportação e pagamento da dívida externa não soluciona a crise do desenvolvimentismo, mas a aprofunda. Dissolve, juntamente com o cancelamento da política de industrialização, uma boa parte das indústrias nacionais nascidas. O pagamento da dívida externa paga "ajudas" do desenvolvimento e, para pagá-las, destrói o desenvolvimento financiado com essas "ajudas".

Renuncia a uma política de exportação industrial, mas volta à exportação de tipo tradicional anterior (mesmo que chame exportação não tradicional no caso de um produto que não tenha sido exportado nos anos anteriores). Na Costa Rica, até mesmo o cacau era tratado como exportação não tradicional, sendo ele um produto originário do México e da América Central).

Renuncia-se igualmente ao Estado de bem-estar social e às suas reformas: dentro do possível, privatiza-se a saúde, a educação, a moradia, as propriedades agrárias tradicionais e comunitárias. Não se busca mais um crescimento econômico capaz de atrair toda a força de trabalho para integrá-la à economia do país, mas a política neoliberal declara-se não-responsável pela sorte dos expulsos e marginalizados.

Contudo, continua-se a considerar o crescimento econômico como a chave da economia, em nome da eficácia. Trata-se de um crescimento derivado da dinâmica das exportações de tipo tradicional, enquanto a política de abertura de mercados renuncia, de fato, à industrialização e, portanto, a uma dinâmica de exportações derivada do crescimento industrial. Parcialmente, as exportações são industrializadas, mas não são criadas indústrias.

O resultado é o seguinte:

1. Crescimento econômico limitado ao que se deriva de exportações de tipo tradicional.

2. O livre comércio torna impossível o surgimento de uma indústria capaz de competir no mercado mundial.

3. A expulsão de uma grande parte da população de qualquer possibilidade de ser incluída no sistema econômico.

4. A renúncia à criação de um consenso democrático baseado na satisfação das necessidades de todos.

5. A necessidade de quebrar as organizações populares e a destruição do Estado capitalista de reformas sociais.

Estes resultados tornam visível que a política neoliberal não soluciona, de nenhuma maneira, os problemas do desenvolvimentismo e do desenvolvimento por substituição de importações, mas aprofunda a crise de desenvolvimento, à qual não respondeu.

A guerra encoberta da Nicarágua simboliza o trânsito - A democracia liberal é autoritária até o século 20 (voto classificado, escravidão e separação das raças). A democracia liberal de massas surge no século 20, como algo muito recente. Funciona como Estado de bem-estar

a partir da Segunda Guerra Mundial. Baseia-se no consenso democrático fundamentado na satisfação das necessidades de todos (como tendência).

A economia liberal, ao romper este consenso, não pode continuar com a democracia liberal de massas. Instala-se com ditaduras de Segurança Nacional. Posteriormente, nos anos 80, democratiza-se com governos que continuam afirmando os esquemas de Segurança Nacional. Separa-se democracia e direitos humanos (os direitos humanos são definidos como direitos de propriedade: sobre coisas, sobre os próprios pensamentos, sobre o próprio corpo. As solidariedades são excluídas). A tortura e os desaparecimentos tornam-se agora compatíveis com a democracia que se torna independente dos direitos humanos clássicos.

"A cultura da desesperança produz, nos setores populares, a anomia, desfaz as relações humanas, promove o crime. A droga também é parte deste fenômeno"

Trata-se de democracias de Segurança Nacional. Um caso extremo é a democracia hondurenha. Em Honduras, durante o período das ditaduras militares, os direitos humanos eram respeitados em alto grau. Com a democratização do país, a partir de 1980, começou a política de Segurança Nacional e, portanto, de violação sistemática dos direitos humanos, com o desaparecimento de pessoas, a tortura sistemática, cemitérios clandestinos etc. Contudo, a opinião pública não duvidava de que o país tinha se democratizado.

Ideologicamente, baseia-se na negativa de qualquer alternativa e da esperança. É uma sociedade que sustenta que não há uma alternativa para ela. Estabiliza as sociedades pela desesperança, diferentemente do que aconteceu nas décadas de 50 e 60, quando a estabilização ocorria pelas esperanças (muitas vezes falsas).

Para isto, foi básico o colapso do socialismo histórico. O socialismo histórico - um tipo de sociedade de bem-estar - vai ao colapso no mesmo momento em que fracassa o capitalismo de reformas na América Latina e nos Estados Unidos, com tendência de colapso também na Europa ocidental. A negação de qualquer alternativa - a desesperança - convence. Baseia-se nela a legitimidade da democracia de Segurança Nacional. Toffler descrever a situação:

"O novo imperativo econômico está claro: os administradores dos países em desenvolvimento ou alcançam com suas tecnologias os padrões da velocidade mundial ou serão cortados brutalmente de seus mercados. Serão os caídos do efeito de aceleração".

A cultura do desespero - Nietzsche pode ser lido como um programa para a sociedade burguesa do século 20 - primeiro do nazismo e, hoje, do "mundo livre" - quanto ao que será a cultura popular a que o capitalismo selvagem aspira. "Se o que sofre, o oprimido, perdesse a fé em seu direito de poder desprezar a vontade de poder, entraria em cheio na fase do desespero total... A moral protegia os desamparados contra o niilismo, enquanto concedia a cada um um valor infinito, um valor metafísico e o colocava numa ordem que não estava de acordo com o poder e a posição do mundo. Ensinava a impetuosa humildade, etc. Admitindo que

a crença nessa moral se destrua, os desamparados já não encontrariam nela seu consolo e pereceriam”.

É o que Nietzsche chama de niilismo ativo: “O niilismo como sintoma disto indica que os deserdados já não têm nenhum consolo, que destroem para serem destruídos; que, privados da moral, já não têm nenhuma razão para se “entregarem”; que se baseiam no terreno do princípio oposto e também querem poderio, por sua vez, forçando os poderosos a serem seus verdugos”.

Isto pressupõe a destruição de todo humanismo universalista e a denúncia de qualquer reivindicação concreta de igualdade entre os homens. A burguesia celebra sua própria barbárie. Nietzsche recorre aos bárbaros do século 20, os únicos que podem salvar o mundo da ameaça do humanismo. “Para elevar-se, lutando, deste caos, surge uma necessidade que esta configuração tem que escolher: morrer ou se impor. Uma raça dominante só pode desenvolver-se em virtude de princípios terríveis e violentos. Devemos perguntar-nos: onde estão os bárbaros do século 20? Tornar-se-ão visíveis e se consolidarão depois de enormes crises socialistas; serão os elementos capazes da maior dureza para consigo mesmos, serão os poderosos garantir a vontade mais prolongada”.

Barbárie ou socialismo! É o grito de Nietzsche e da burguesia selvagem! Selvagem ou socialismo! Morte ou socialismo! É o grito fascista de “Viva a morte” que leva aos horrores do capitalismo selvagem dos anos 30 e 40 nos países fascistas europeus. Foram intelectuais anti-fascistas na Alemanha que inverteram esse grito (Benjamin, Horkheimer, Adorno etc.).

O pensador clássico dessa utopia do selvagismo burguês é Nietzsche do qual constantemente se diz que nem sequer pensa em termos da redenção, nem de utopias. Contudo, Nietzsche está obcecado por uma idéia de redenção e de utopia. Mas é uma redenção anti-utópica, uma redenção que Nietzsche promete como resultado do abandono de toda redenção: “Em algum momento... Deve vir a nós o homem redentor, o homem do grande amor e do grande desprezo, o espírito criador, ao qual sua força impulsiva afasta, numa ou noutra vez, de todo distanciamento e de todo o mais além, cuja solidão é entendida pelo povo como se fosse uma fuga da

“O terrorismo do Estado continua sendo o primeiro poder político na América Latina”

realidade. É assim que se constitui em um fundir-se, um enterrar-se, um aprofundar-se na realidade, para extrair dela, em algum momento, quando volte à luz, a sua redenção, a sua redenção da maldição que o ideal existente lançou, até agora, sobre ela. Esse homem do futuro, que nos libertará do ideal existente até agora e do que teve de nascer dele, da grande náusea, da vontade do nada, do niilismo, esse toque de sino ao meio-dia e da grande decisão; que, de novo, libertada a vontade, devolve à terra a sua meta e ao homem, sua esperança, esse anticristo e antiniilista, esse vencedor de Deus e do nada, tem que chegar em algum momento...”.

Esta é sua redenção: “Redenção da maldição lançada até agora pelo ideal existente” sobre a realidade. Esta é a redenção anunciada por

Nietzsche. Um “redentor” vai trazê-la à terra, um redentor “vencedor de Deus”. Nietzsche acrescenta que ele “tem que chegar em algum momento”. É a utopia do selvagismo levada ao seu ideal puro. Nos anos 30 deste século, com o nazismo alemão, aparece o primeiro redentor, que se inspira na redenção de Nietzsche. Vivemos hoje os primeiros passos da segunda grande explosão da burguesia selvagem. Promete-nos, de novo, a redenção da redenção e a grande utopia do desaparecimento da esperança, a utopia do inferno na terra.

A burguesia selvagem deu novamente à sua sociedade o nome de milênio que tem também, neste caso, o mesmo teve sentido que teve anteriormente. Reagan a chama “a cidade que brilha na colina”, ou seja, a Nova Jerusalém.

b. Cultura do desespero e guerra psicológica. É esta a base da cultura da desesperança. Penetra hoje toda a nossa cultura e não somente a cultura popular. Além disso, não despreza a cultura popular. A cultura de desespero de nossa sociedade atua para que isto seja a cultura popular e consegue sucesso nessa direção. Esta mesma cultura do desespero penetra nos próprios grupos dominantes para definir sua respectiva cultura antipopular. É a cultura do heroísmo do suicídio coletivo. Não há dúvidas de que está reaparecendo. É a volta de Nietzsche e de Ernst Jünger como seus clássicos e de Jorge Luís Borges, Vargas Llosa e Octavio Paz, como seus atuais representantes.

Nos setores populares da cultura da desesperança, promove a anomia, desfaz as relações humanas, promove o crime. A própria droga é parte do fenômeno.

As organizações de classe ou revolucionárias, os movimentos de mudança, a orientação rumo a uma nova sociedade, surgiram da cultura da esperança dos anos 50 e 60. Formularam a esperança ou a manipularam. Contudo, basearam-se nela. A destruição quase geral dos movimentos populares e do Estado de reformas (intervencionistas) acabaram com esta cultura, conseguindo uma grande força de convicção a partir da crise do socialismo na Europa oriental. A cultura da desesperança baseia-se na tese de que não há alternativa. Pode-se somente administrar um caos e uma anomia, que são sistematicamente produzidos.

Descobriu-se que não somente a organização da esperança dá estabilidade social, como ocorreu nos anos 50 e 60. Aparentemente, a cultura da desesperança é mais estável. Quanto mais se aprofunda a desesperança, menos resistência existe, porque não se pode dar sentido a uma resistência. Desmoronam-se as relações sociais, mas, com elas, desmorona-se também a própria personalidade das pessoas. Podem destruir-se entre elas, mas não podem mudar nada. A cultura da desesperança não deixa surgir projetos, porque ninguém os formulará, se ninguém crê na possibilidade de uma alternativa para o desmoronamento.

Destruindo a esperança, a anomia resultante é politicamente estável. A América Central foi estabilizada pelas guerras e pelo terrorismo de Estado. A América do Sul é estável como nunca, graças ao terrorismo de Estado, seja atualizado ou em retrocesso, mas visivelmente disposto a voltar. Em lugar da esperança, aparece um “salve-se quem puder”, o “depois de nós o dilúvio” em que cada um trata de se salvar para impedir que o outro se salve.

Surgem, deste modo, democracias, cujos governos não são soberanos em nenhum sentido. A soberania pertence aos centros do terrorismo do Estado, diante dos quais os governos eleitos lutam por uma autonomia relativa. Mas esse terrorismo do Estado não desestabiliza, mas estabiliza. Quando, em 1989, no Uruguai, houve um plebiscito sobre a anistia para os militares, a ameaça da volta deles assegurou a maioria de votos em seu favor, apesar de que, provavelmente, a maioria estava contra.

Onde falham as eleições, como na última eleição presidencial no México e na República Dominicana, organiza-se a fraude, com apoio de todas as democracias ocidentais. Esta fraude estabiliza, porque seus autores acreditam que não há alternativa. Nas eleições seguintes, o povo votará, de acordo com o que lhe é pedido. Se não for assim, haverá outra fraude.

Os governos não se responsabilizam, nem podem responsabilizar-se pelas ações de seus organismos repressivos. Estes órgãos são soberanos diante dos governos. Quando as forças militares assassinaram toda uma comunidade de jesuítas em San Salvador, o governo não se sentiu responsável e ninguém se responsabilizou, sendo El Salvador uma democracia ocidental e tendo sido o assassinato cometido por um órgão do governo democrático.

Para esta guerra psicológica, cujo objetivo central é o de provocar o desespero, é básica a impunidade dos crimes dos militares. Promove decisivamente esta sensação de não ter direitos garantidos, de não ser pessoa diante do Estado que, mesmo democrático, continua sendo terrorista.

Dentro desta estabilidade pela propagação da anomia, as rebeliões

também transformam-se em movimentos irracionais que, em última análise, não têm sentido. O Caracazo de fevereiro de 1989 foi um movimento sem destino que terminou em um massacre de milhares de pessoas através da mão militar. Milhares de mortos não comovem, nem provocam notícia. 8. Isto repetiu-se com a intervenção militar no Panamá.

Quando os povos se desesperam, entregam-se como vítimas ou rebentam numa erupção, cuja repressão nem sequer deixa rastros. Mas, fazem uma coisa ou a outra, e por falta de uma esperança de libertação, movem-se perto de uma ação suicida, que é a contrapartida do heroísmo do suicídio coletivo das classes dominantes. As democracias não desenvolvem nenhuma cultura democrática, mas de prepotência. Não se pode perder eleições, porque o poder não está aí para ser eleito. Os governos administram poderes despóticos, internos e estrangeiros, os quais não podem controlar, mas que por eles são controlados.

A cultura popular tem hoje esta cultura da desesperança como sua base e sua ameaça. Nela e diante dela, deve desenvolver-se. Isto faz com que, hoje, essa cultura esteja impregnada sobretudo por organizações que não representam nenhum poder de negociação. As clássicas organizações populares, como os sindicatos, as cooperativas, as associações de vizinhança, passaram para um segundo plano e têm muito pouca voz. Quase não há greves que não terminem em mortes. No lugar dessas organizações, aparecem em primeiro lugar, agora, organismos de defesa dos direitos humanos, comunidades eclesiais, ações simbólicas como as realizadas pelas Mães da Plaza de Mayo, na Argentina. São tentativas

defensivas para limitar o terrorismo de Estado que continua sendo o primeiro poder político na América Latina.

Onde a cultura popular não se entrega simplesmente à cultura da desesperança, torna-se cultura de vítimas que resistem a aceitar a sua culpa. É a sobrevivência da dignidade, não do poder. É a última barreira que se defende antes de se passar da desesperança ao desespero.

Alternativas? - A economia neoliberal faz da competitividade seu máximo e único critério. Com base nele, condena à morte e se desinteressa pela sorte dos expulsos e dos marginalizados. Esta competitividade condiciona o processo de crescimento econômico e este se transforma em sua expressão. Ter crescimento comprova a competitividade. Assegurado o livre comércio, ninguém pode comprar ou vender a não ser nessa condição da competitividade.

Mas sempre menos a competitividade e o crescimento econômico correspondente podem assegurar a inclusão de todos no processo econômico. Não têm uma força que implique em trabalho para todos e rendas mínimas asseguradas para todos. Quanto mais aumenta a complexidade tecnológica, mais são excluídas as economias atrasadas da possibilidade de alcançar esse nível. E sempre mais as condições do meio ambiente restringem a possibilidade de participação na corrida do crescimento econômico.

A economia neoliberal subverte a vida humana e da natureza. Esquece que seu trabalho - que não produz em competitividade - continua sendo um trabalho; e um produto oferecido em condições não competitivas, continua sendo um valor de uso. Trigo produzido não-competitivamente

alimenta e um abrigo não-competitivo esquentam. Se não se chega a produzir em condições competitivas, faz falta produzir em condições não-competitivas. Se há alternativa, deve ser buscada por aí.

Isto não é a volta do desenvolvimentismo, porque este, apesar de tudo, pressupunha um crescimento econômico capaz de arrastar consigo toda a força de trabalho para sustentar, assim, seu Estado de bem-estar. Esta ilusão perdeu-se. Tanto pela impossibilidade de alcançar o nível tecnológico dos países industrializados de hoje, quanto pelo motivo da limitação dos recursos naturais, já não é possível este tipo de solução. Diante disto, é necessário:

1. Relativizar o papel da competitividade;
2. Criar espaços de desenvolvimento, onde o emprego e a distribuição adequada de rendas não são mais esperados como efeito indireto do crescimento econômico;
3. Integrar o crescimento econômico com a natureza;

Espaços econômicos capazes de solucionar esta tarefa impõem um novo tipo de integração econômica que nem a Comunidade Européia, nem a integração econômica desenvolvimentista e, menos ainda, a atual integração por razões de livre comércio, experimentaram. Mas se trata de uma tarefa de sobrevivência da humanidade.

Voltando ao problema cultural - Contudo, qualquer alternativa deste tipo enfrenta um sistema que está no delírio do triunfo. Sem dúvida, já não se pode voltar a muitas posições anteriores. Temos, sobretudo, de considerar que, diante desta implacável luta de classes a partir de cima, desenvolvida pela sociedade burguesa, a resposta, hoje, não pode

ser uma simples luta de classes a partir de baixo, a qual, em síntese, só inverte os termos da questão. Esta luta de classes se perde, mesmo sendo ganha. Os mais ameaçados não são classes sociais, que podem contar com poder de negociação. Os mais ameaçados são os povos marginalizados e expulsos da divisão social de trabalho, por um lado e a natureza, por outro. Nem sequer podem fazer greve.

As tendências atuais do capitalismo não desenvolvem somente a negação da solidariedade, mas, além disso, da própria possibilidade da solidariedade humana. Solidariedade hoje pressupõe enfrentar este capitalismo, com a necessidade de uma sociedade justa, participativa e ecologicamente sustentável. A solidariedade hoje seria uma quimera, se não colocasse esta alternativa ao capitalismo atual e às suas tendências destrutivas. Contudo, o capitalismo nega, ao negar até mesmo a possibilidade dessa alternativa, a própria possibilidade da solidariedade humana. Ao lutar mortalmente contra a própria possibilidade da solidariedade, a considera como algo ilusório, como um atavismo, porque, se todas as alternativas são ilusórias, a solidariedade também o será. Vê, portanto, a tentativa de ser solidário, como algo que é ignorante ou criminoso. A solidariedade é perseguida como uma "utopia" destrutiva.

O atual pensamento burguês transforma a solidariedade em algo diabólico. Na medida em que esta solidariedade expressa o que, na tradição cristã, é o amor ao próximo, considera a própria pregação do amor ao próximo como diabólica, uma tentativa luciférica.

Isto leva a uma extrema negação de qualquer dignidade humana. Sen-

do a solidariedade e o amor ao próximo denunciados como diabólicos, a reivindicação da dignidade humana também é vista deste modo. Ao se negar a solidariedade, nega-se também a dignidade humana. Esta não é uma simples declaração de princípios abstratos, mas um assunto real. A dignidade humana baseia-se na possibilidade de viver dignamente. O reconhecimento da dignidade humana é necessariamente o reconhecimento do direito de viver dignamente. Isto significa comer, ter casa, educação, saúde etc. Sem reconhecer isto como direito humano, não há reconhecimento possível da dignidade humana.

Mas esta meta de viver dignamente só é uma alternativa possível, se houve uma alternativa. Se eu nego a possibilidade de qualquer alternativa, nego ao homem a possibilidade de poder viver dignamente. Deste modo, nego sua dignidade em todas as formas concretas e transformo a dignidade humana em um princípio abstrato sem nenhum conteúdo. É algo claro: seres humanos, tornados supérfluos e que, em consequência, consideram-se como supérfluos e já não têm dignidade humana. Milhares de declarações não mudam este fato. Os explorados são violados em sua dignidade humana, mas, ao supérfluo, não se concede sequer uma dignidade que possa violada.

Daí explica-se o nome notável usado para todos os movimentos de libertação no mundo ocidental - "câncer". Não posso lembrar um só movimento de libertação que, tanto em Washington, quanto na Europa, não tenha sido chamado de "câncer". Um "câncer" que tem de ser cortado. É esta a forma pela qual o mundo burguês relaciona-se com os movimentos de libertação. A última vez que se falou de um "câncer" a ser cortado na

América Latina era uma referência à Nicarágua e à Frente Sandinista. Mas isto foi feito, igualmente, no caso da Líbia, do Chile e, antes, creio, no caso da Indonésia, em 1965. A palavra "câncer" substituiu uma palavra que era central para os nazistas: "parasitas". Referia-se aos mesmos fenômenos. Foi substituída pela palavra "câncer", onipresente hoje na repressão aos movimentos de libertação no Terceiro Mundo e, além disso, à repressão a qualquer tipo de dissidência.

Se se leva a sério esta relação entre a existência de alternativas e a dignidade humana, vê-se também que a luta da sociedade burguesa contra qualquer alternativa, para destruí-la, é, ao mesmo tempo, uma luta para a destruição da própria dignidade humana. Não se concede ao homem o direito de viver dignamente. Pode viver - e viver bem - se consegue, no mercado, o espaço para isto. Se não consegue, o mercado comprova que tampouco tem dignidade humana, nem o direito de reclamá-la.

Portanto, no processo de destruição das alternativas e na produção de sobrantes, trata-se de destruir a própria sensação humana da dignidade, em tal grau que estes seres humanos feitos supérfluos, vêem-se a si mesmos como supérfluos. Creio que toda a luta ideológica hoje gira em torno disto, no conteúdo da guerra psicológica. Creio também que a crise do socialismo abriu a possibilidade de levar esta negação da dignidade humana ao seu cúmulo.

Isto não vale somente para o processo de "produção de sobrantes" no Terceiro Mundo. Um processo parecido acontece no Primeiro Mundo, mesmo que em níveis limitados. No fundo, a guerra psicológica que - pelo menos no Terceiro Mundo - é onipresente, procura convencer homens

tornados supérfluos de que efetivamente são supérfluos, com a consequência de se destruírem mutuamente, em vez de serem solidários entre si. Creio que o primeiro autor que descrever, com plena consciência, este mecanismo foi Nietzsche. É surpreendente o grau em que sabia que o homem tornado supérfluo tem que se considerar como tal, para que se destrua a si mesmo e ao outro. Esta é a condição da estabilidade da sociedade sem esperança.

Situações deste tipo são visíveis em muitas sociedades da América Latina, na República Dominicana, em Honduras, na Colômbia, no Peru, na Argentina etc.

Estes processos permitem observar que, hoje, a solidariedade tem outros traços em comparação aos anteriores, mas não há dúvidas de que chegou a ter, de novo, uma importância fundamental. Não se trata somente de chamar para a união e a mútua ajuda. Trata-se, hoje, de constituir completamente, de forma nova, a dignidade humana negada em sua própria raiz. É importante esclarecer que a negação de alternativas, por ser negação, é a negação da dignidade humana e nós temos que insistir nesta dignidade.

Franz Hinkelammert é economista e integra a equipe do DEI - Departamento Ecumênico de Pesquisas - com sede em San José, na Costa Rica, onde também trabalha o teólogo Pablo Richard.



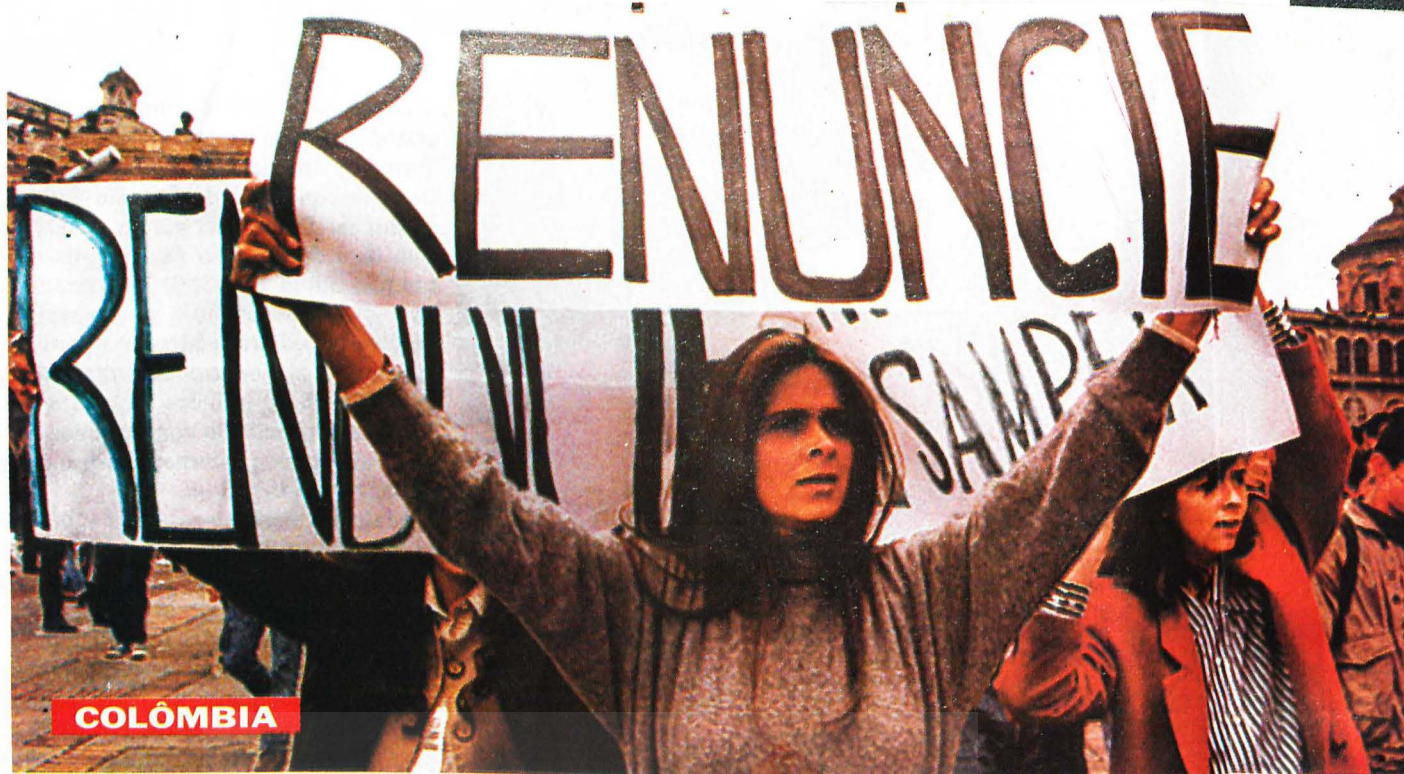
O Presidente

em seu

1995

labirinto

(Colômbia)



COLÔMBIA

O presidente em seu labirinto

Tentativa de Samper de se manter no cargo pode romper consenso institucional e agravar relações com os EUA

CLAUDIO CAMARGO, DE BOGOTÁ

A maioria dos políticos é corrupta e tomou dinheiro do narcotráfico. Mas Ernesto Samper está sendo crucificado porque seu governo tem preocupações sociais, o que desagradou aos ricos." A lógica simplista de Enrique Morón, camelô de 65 anos que vende suas bugigangas no centro de Bogotá, capital da Colômbia, pode dar uma pista para desvendar a estratégia que o governo colombiano vem adotando para tentar superar a mais grave crise política do país nas últimas três décadas. O presidente colombiano, Ernesto Samper Pizano, do Partido Liberal, está sendo acusado de ter recebido cerca de US\$ 6 milhões do cartel de Cali para sua campanha presidencial, em 1994. A crise estourou em julho do ano passado, mas se agravou há duas semanas, quando o ex-ministro da Defesa e amigo íntimo de Samper, Fernando Botero Zea, disse numa entrevista que o presidente tinha pleno conhecimento do dinheiro sujo. Botero,

que chefiou a campanha de Samper, e Santiago Medina, ex-tesoureiro do Partido Liberal e o primeiro a dar com a língua nos dentes, estão presos desde meados do ano passado. A declaração de Botero teve o efeito de uma bomba: nada menos que três ministros, seis embaixadores colombianos – inclusive o dos EUA – e um general pediram o boné. O Partido Conservador, que é de oposição mas participava do governo, bateu a porta na cara de Samper, e mesmo muitos políticos liberais já abandonaram o barco presidencial. Na segunda-feira 29, uma pesquisa da revista colombiana *Portafolio* revelou que 70% do empresariado local quer a renúncia do presidente. Mesmo assim, alguns gatos-pingados – a maioria senhoras bem vestidas e estudantes de escolas privadas – se dispuseram a marchar pelas ruas

Colombianos dizem não a Samper, enquanto cresce a tensão nas ruas das principais cidades

de Bogotá para exigir a saída de Samper. "Tanto faz quem está no El Nariño (o palácio presidencial)", diz o desempregado Juan Carlos López. "Todos roubam", completa.

Samper, que diz que se houve dinheiro sujo em sua campanha ele não teve conhecimento, pediu que o Congresso o julgasse. As investigações tiveram início na terça-feira 30. Em dezembro passado, um processo semelhante levado a cabo pela Comissão de Acusações da Câmara dos Deputados concluiu que não havia provas suficientes para acusar o presidente. Privado do apoio de seu advogado Antonio Jose Cancino – que alegou estar "eticamente impedido" de continuar no caso –, Samper disse que assumiria ele mesmo sua defesa. "Eu sou a primeira vítima do que está ocorrendo", assegurou.

Na tentativa de se manter no poder, o presidente não tem poupado esforços nem





EPITACIO PESSOA/AGF

Manifestantes pedem a renúncia do presidente Samper (à esq.), acusado de envolvimento com o narcotráfico

verno anterior, Samper abriu as baterias contra Gaviria, atual secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). Menos ortodoxo do que a maioria dos dirigentes liberais e conservadores, Samper vem tentando reverter as consequências sociais da política de ajuste de Gaviria implantando programas para retrainar a mão-de-obra desempregada e aumentar os subsídios à população de baixa renda. "As denúncias contra minha pessoa não explicam o impasse que a Colômbia vive. A origem do dinheiro da campanha será esclarecida, mas é ingênuo acreditar que esse é o real motivo da crise", disse ele na segunda-feira 29. Muitas lideranças

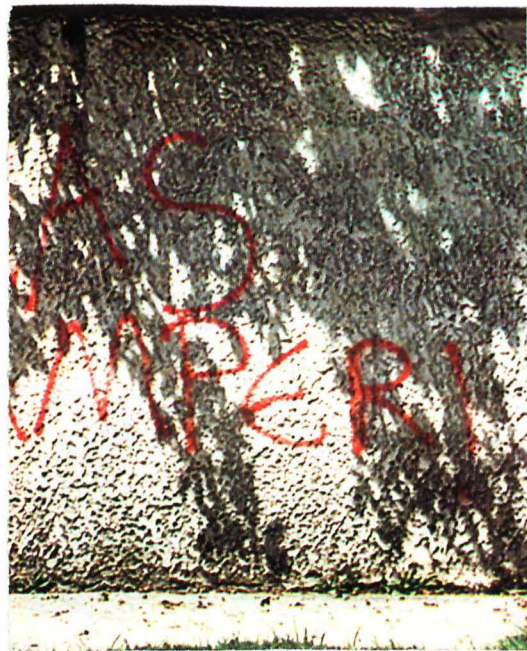
adjetivos. Acusou Botero e Medina de "mentirosos" e "traidores". Conseguiu irritar até seus adeptos ao propor um plebiscito sobre seu mandato. "Isso mergulharia a Colômbia num clima de guerra civil", exagerou o ex-presidente Alfonso López Michelsen, tido como mentor de Samper. O vice-presidente, Humberto de Lacalle Lombano, recusou a idéia e praticamente rompeu com o presidente. Mas o que mais irritou os líderes liberais foi o ataque de Samper ao seu antecessor, Cesar Gaviria. Aproveitando a apatia popular e o descontentamento gerado com as políticas de ajuste econômico do go-

colombianas estão alarmadas com a tática de Samper. Para elas, essa política de atirar para todos os lados pode provocar uma ruptura no consenso suprapartidário que vem garantindo a formidável estabilidade político-institucional que a Colômbia mantém há 40 anos, em meio à ação de grupos guerrilheiros, do narcotráfico e dos esquadrões da morte de extrema direita.

Mas o lance decisivo no complicado xadrez político colombiano será dado por Tio Sam. Sabe-se que as denúncias de financiamento de parte da campanha de Samper foram vazadas pelo Departamen-

to de Estado logo que ele foi eleito, em 1994. As más-línguas dizem que os EUA usaram a informação para pressionar Samper a agir contra o cartel. Afinal, depois que a polícia matou Pablo Escobar Gaviria, em dezembro de 1993, a posição de principal fornecedor de cocaína para os EUA passou dos violentos chefes do cartel de Medellín para as sofisticadas mãos dos irmãos Orejuela, cabos do cartel de Cali. Seja como for, seis dos sete barões de Cali foram presos na gestão Samper, embora um deles – Jose Santacruz Londono – tenha escapado há poucos dias da prisão.

Os empresários que pedem a cabeça do presidente temem que o escândalo afete as relações da Colômbia com os EUA – o maior parceiro comercial do país. O atestado anual de "bom comportamento" que a DEA (agência antinarcóticos americana) fornece aos governos que combatem o tráfico vence no mês que vem. Desse atestado dependem a ajuda econômica e o status de parceiro comercial privilegiado. Agora, existe o temor de que, se o impasse político não for resolvido até lá, Washington resolva colocar a Colômbia em sua lista negra (ou seria branca?). Um sintoma da disposição dos EUA foi dado na semana passada, quando o jornal *The Washington Post* informou que o governo havia anulado o visto de seis oficiais colombianos por suspeitar de vinculação com o narcotráfico. A informação foi confirmada pelo porta-voz da Casa Branca, Mike McCurry, mas foi desmentida pouco depois pelo subsecretário de Assuntos Americanos, Alexander Watseon. Ao que tudo indica, os EUA retomaram a velha tese de que os principais responsáveis pelo narcotráfico são os países produtores. ■

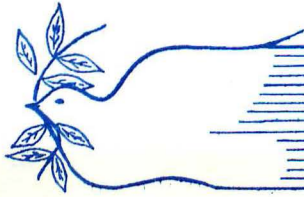


FOTOS AFP

Riqueza vira

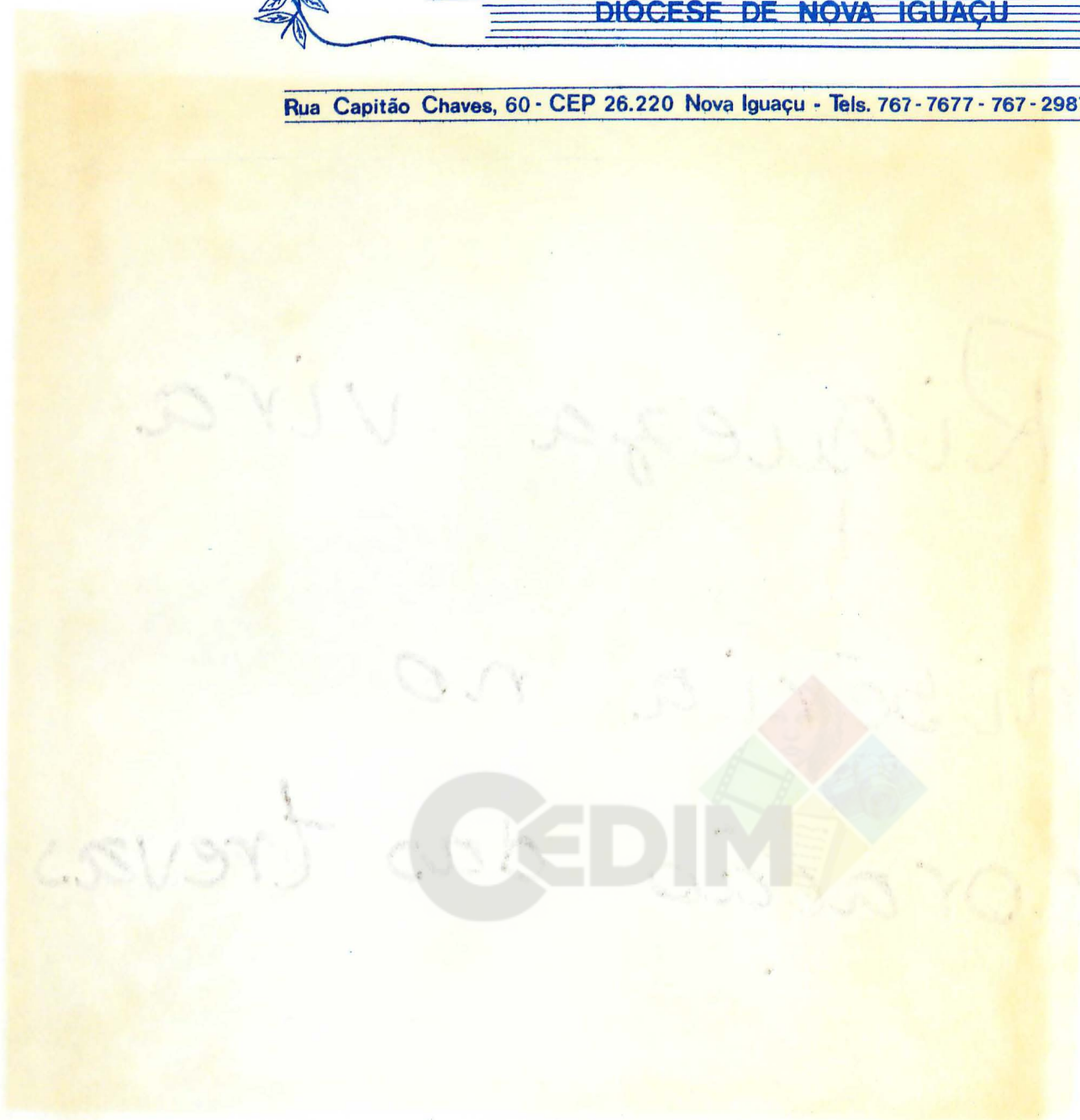
miséria no

coração das trevas



COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

Rua Capitão Chaves, 60 - CEP 26.220 Nova Iguaçu - Tels. 767-7677 - 767-2987



CEDIM

Riqueza vira miséria no coração das trevas

■ Zaire se afunda sob o governo de ditador corrupto

EDUARDO DEL CAMPO

El País

GOMA, ZAIRE — Um quebra-cabeça de 42,6 milhões de habitantes, 300 línguas e dezenas de etnias, nos últimos tempos o Zaire, segundo maior país da África, tem estado nas manchetes devido a uma série de desastres: o vírus Ebola, a crise dos refugiados ruandeses e, há poucos dias, o avião cargueiro que se espatifou sobre um mercado da capital, Kinshasa, matando 300 pessoas. Mas sua calamidade maior se chama Mobutu Sese Seko, o ditador corrupto e pirata que está no poder desde 1965.

O Zaire é um dos países mais pobres da África e, paradoxalmente, um dos mais ricos do mundo, graças às reservas de diamantes, cobalto e petróleo. Excetuando sua populosa capital de 4 milhões de habitantes, o resto dos 2,5 milhões de quilômetros quadrados do país em que Joseph Conrad situou o *coração das trevas* está incomunicável com o mundo, por culpa

da falência do Estado e da selva da bacia do Rio Congo, que cobre 75% do território.

Triste é saber que houve um passado melhor. E essa degradação, como poucas vezes acontece na política internacional, pode ser atribuída a uma só figura. Mobutu era amigo da França, do antigo governo hutu de Ruanda e do Ocidente em geral, até que há poucos anos agentes americanos descobriram que havia agenciado para ele e sua corte US\$ 11 bilhões do fundo de cooperação do Banco Mundial. A ajuda ocidental foi cortada.

Moeda — Enquanto a população cresce 3,2% ao ano, a economia afunda. Em fins de 1994, quando foi emitido o novo zaire, moeda local, um dólar valia três novos zaires. Um ano depois, vale 15.000. David, formado em marketing e desempregado, é enfático: "Somos um país abaixo do subdesenvolvimento. Em vez de avançar, recuamos." Antoine, professor primário, ganha do Estado, quando lhe pagam, 20.000 novos zaires, ou US\$ 1,70 — o preço de dois pães.

A expectativa de vida do zairense é de 46 anos. Para a mulher,

Onde fica



49, o que é curioso, pois são elas que carregam tudo nas costas, inclusive sacos de até 70kg. É legendário o projeto europeu de cooperação que tratou de introduzir burros para liberar a mulher. Os maridos as preferiram como animais de carga: comiam menos.

O Zaire encabeça as listas de violadores dos direitos humanos da Anistia Internacional. A corrupção atinge a todos — juizes, policiais, funcionários da alfândega. Seu aeroporto é o segundo



Mobutu usou em causa própria US\$ 11 bilhões em ajuda ocidental

mais corrupto do mundo, depois do de Lagos, na Nigéria.

Isolamento — Dentro dos edifícios dos Correios, que são apenas um adorno, uma situação absurda: os funcionários que lá vegetam vendem selos para cartas que jamais sairão para lugar algum. Para enviar uma carta à Europa ou telefonar, as pessoas vão a Ruanda. Os mais desesperados com a falta de comunicações são os estudantes, cujo sonho é ficar

amigos de algum estrangeiro que os livre da pobreza. "Se você não é filho de Mobutu, não há maneira de sair daqui", lamenta-se David, modelo do típico estudante africano inteligente que só pensa em fugir para a Europa.

Tão grande é a miséria neste país riquíssimo que os pobres invejam a sorte dos refugiados ruandeses, a quem a ONU garante pelo menos comida, medicamentos e agasalhos. Para os zairenses, nada: não existe segurida-

de social, nem educação pública, nem aposentadorias e pensões. Quando perguntamos o que esperam para fazer uma revolução, eles respondem: "Mobutu tem as armas, e neste país é impossível organizar alguma coisa em escala nacional." Verdade. Comunicações e estradas ruins interessam a Mobutu: hoje, um suposto exército rebelde que se organizasse no leste do país levaria um mês para chegar a Kinshasa pelas piores estradas da África.

Farsa — O falecido presidente François Mitterrand condicionou a ajuda francesa às nações africanas francófonas à sua abertura para o pluripartidarismo. Em 1990, o Zaire aderiu ao projeto. Uma farsa. Legalizaram-se os partidos, mas, de fato, o monolítico Movimento Popular da Revolução (MPR), de Mobutu, continua mandando. As prometidas eleições já foram adiadas duas vezes.

A única esperança da oposição, esmagada pelo governo, é a morte de Mobutu. Seus adversários acham que, nesse dia, este quebra-cabeça de 300 línguas e dezenas de etnias, sustentado pelo *revolução* do MPR, pela violência militar e pelas fronteiras do colonialismo, explodirá em mil pedaços.

Arquivo

- Visita ao
Presidente do
Peru
(Alberto Fujimori)



COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

Rua Capitão Chaves, 60 - CEP 26.220 Nova Iguaçu - Tels. 767-7677 - 767-2987



*Al. Batista
Visita do
Presidente do Peru
(Alberto Fujimori)*

Comédia de Equívocos

M. 8/127.02-96 Am. Batista D.H

Foi digno de um estadista o senso de equilíbrio político demonstrado pelo presidente da República diante do comportamento imaturo que só mesmo uma capital isolada da opinião pública — como é Brasília — pode inspirar a homens com responsabilidade na vida pública. Anunciada a vinda do presidente do Peru, Alberto Fujimori, numa viagem em cuja pauta figuravam o Tratado de Cooperação Amazônica, a entrada do Peru no Mercosul e a pretensão brasileira de ser membro do Conselho de Segurança na ONU, começou a se expandir no vácuo do Planalto Central a estapafúrdia inspiração de utilizar a visita do chefe de Estado estrangeiro para uma descabida demonstração de protesto político.

É da rotina diplomática a visita dos chefes de Estado aos presidentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O presidente do Supremo Tribunal Federal, alegando escassez de tempo para o ato formal, fez saber com antecedência que não estaria no seu gabinete no dia programado pelo Itamarati. A notícia gerou, extra-oficialmente, constrangimento e foi avaliada pelo governo peruano, que resolveu não tomá-la em conta de agravo.

O presidente Fujimori desembarcou em Brasília no domingo para cumprir na segunda-feira a parte protocolar que reservara a visita à Câmara dos Deputados e ao Senado. Em cima da hora a opinião pública ficou sabendo que também os presidentes das

duas Casas legislativas se tinham deliberadamente ausentado — coincidentemente com o mesmo argumento de que não regressaram a tempo de estar presente — para esvaziar o ato formal. Salta aos olhos o fundo deliberado da ausência, porque a antecedência da programação não justificava o atraso da viagem. Há um tipo de desculpa que nada tem de diplomática e, ao contrário, oficializa uma segunda intenção.

Ficou evidente que Brasília foi palco de uma pressão política de natureza sectária, sem avaliar corretamente seu conteúdo insensato. Os assessores da presidência da Câmara e do Senado não descartam o cerco do patrulhamento a que lamentavelmente não resistiram o deputado Luís Eduardo Magalhães e o senador José Sarney. O segundo, mais experiente, depois de ter exercido a presidência da República, não podia ter cedido ao assédio intolerante, tanto mais que o presidente do Peru esteve no Brasil para a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso e veio na condição de convidado do governo brasileiro.

Fujimori foi eleito e reeleito para o cargo, não substituiu um presidente eleito. É lícito indagar qual deles já empenhou o prestígio dos cargos que ocupam em protesto político contra o mais antigo ditador do continente americano, Fidel Castro, que nunca se dispôs a enfrentar uma eleição em Cuba.

